

Seminário Permanente «Leitura e formas de escrita»

CONFERÊNCIA

A(s) potencialidade(s) dos livros financeiros e contabilísticos para o estudo da Inquisição portuguesa (sécs. XVI-XIX)

Bruno Lopes
CITCEM-FLUPorto
bruno-lobes85@hotmail.com

03/06/2022 | 16h | Auditório da Biblioteca Nacional de Portugal
com acesso via videoconferência, em <https://videoconf-colibri.zoom.us/j/87219003476?pwd=V1dUaithMGYzOE1kWHRUN0t6ZXByUT09>

Apresentação:

A historiografia inquisitorial é abundante. Desde a obra marcante de Alexandre Herculano (1810-1877), aos estudos de João Lúcio de Azevedo (1855-1933), aos de António Baião (1878-1961), aos de António José Saraiva (1917-1933) ou aos de José Veiga Torres (1930-?), para se citarem apenas alguns dos nomes mais marcantes dos séculos XIX e XX, muito se tem escrito e debatido acerca desta instituição, procurando-se medir os seus impactos sociais e religiosos. Na verdade, apesar desta imensidão de bibliografia, nem sempre a investigação tem procurado dialogar com uma maior diversidade de fontes documentais, cenário que se torna mais expressivo quando observado a partir da história quantitativa ou do ponto de vista da contabilidade e finanças.

Nenhuma instituição, de hoje ou do passado, conseguia sobreviver e manter-se sem recursos financeiros. Assim, esta conversa tem como objectivo questionar qual a importância das fontes contabilísticas para o estudo da Inquisição. O seu foco estará centrado nos tribunais metropolitanos do Santo Ofício, com sede em Coimbra, Évora e Lisboa, procurando-se dar uma perspectiva diacrónica. Esta questão inicial permitirá estabelecer um conjunto de perguntas operacionais que passam, por exemplo, por: como estava organizada a contabilidade inquisitorial? Qual a diversidade de livros de que o historiador dispõe? O que se pode aprender com a análise (quantitativa e qualitativa) destas fontes documentais?

Esta conversa pretende alertar para a potencialidade da diversidade documental que o acervo da Inquisição representa, talvez um dos mais ricos para toda a Época Moderna. Apesar de algumas lacunas expressivas, o arquivo da Inquisição (na maioria à guarda do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa) é um dos mais bem conservados e mais diversificados. Livros como os do registo de bens sequestrados e confiscados às mãos da Inquisição, dos gastos quotidianos dos presos, de despesas diversas, onde se incluem, por exemplo, a realização dos autos da fé ou as obras dos edifícios inquisitoriais, encerram potencial, que nem sempre tem sido explorado pela comunidade científica. É este o desafio desta conversa: demonstrar a(s) potencialidade(s) da documentação contabilística e financeira para o estudo da Inquisição.

Perfil:

Bruno Lopes é investigador contratado do CITCEM – Centro de investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória» da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, desde Janeiro de 2022. É doutor em História pela Universidade de Évora (2021), no âmbito do Programa Interuniversitário de Doutoramento em História (PIUDHist) com a tese «Os pilares financeiros da Inquisição portuguesa (1640-1773)», mestre (2012) e licenciado (2008) em História, na área do Património Cultural, pela mesma Universidade.

A sua área de especialização é a História Moderna, como foco no estudo do Santo Ofício. Tem-se preocupado em estudar a organização interna desta instituição e a forma como estava enraizada no território, procurando compreender as mudanças sociais em que esteve envolvida. Trabalhou em projectos de investigação de natureza diversa: desde o estudo dos grupos intermédios e as suas articulações com a Inquisição, à reflexão em torno da demografia histórica e, mais recentemente, a dívida pública portuguesa no Antigo Regime. Os seus interesses mais recentes estão relacionados com a salvaguarda e a comunicação do património costeiro do Norte de Portugal, assim como com a reflexão em torno dos patrimónios difíceis e controversos.